

VIDAS EM HIATO, ESCRITAS VEEMENTES: IMPRESSÕES E EXPRESSÕES DA INTELLECTUALIDADE CUBANA NO EXÍLIO

LIVES ON HIATUS, VEHEMENT WRITINGS: IMPRESSIONS AND EXPRESSIONS OF THE CUBAN INTELLIGENTSIA IN EXILE

Ualisson Pereira FREITAS¹

Resumo: Por meio de escritos literários, autobiográficos e epistolares de Reinaldo Arenas, este artigo analisa as disputas estabelecidas nas redes intelectuais cubanas durante a década de 1980. A partir da observação da experiência exílica do escritor em terras estadunidenses, marcada por uma introjeção da condição marielita, suas significações acerca da Revolução e de suas questões sociais tópicas foram submetidas aos signos do engajamento e da aporia. A abordagem propõe retirá-lo do lugar de vítima do fenômeno revolucionário e alocá-lo como um de seus significativos interlocutores. Recorrendo às noções de representação, memória e testemunho, buscamos avaliar como Arenas, em meio aos demais dissidentes políticos, foi afetado e reagiu à condição do desterro, fazendo de seus escritos um instrumento de intervenção política e sociocultural.

Palavras-chave: Revolução, Exílio, Mariel, Reinaldo Arenas.

Abstract: Through the literary, autobiographical, and epistolary writings by Reinaldo Arenas, this paper analyzes the conflicts in Cuban intellectual networks during the 1980s. Inspecting the writer's experience in the United States, his symbolic world of meanings regarding the Revolution and its social issues has been subjected to the signs of engagement and aporia. This approach proposes removing him from the position of the victim of the Revolution and allocating him as one of its notable interlocutors. Using the notions of representation, memory, and testimony, we seek to identify how the writer, among other political dissidents, was affected and reacted to the condition of exile, turning his writings into political and sociocultural intervention instruments.

Keywords: Revolution; Exile; Mariel; Reinaldo Arenas.

Introdução

Nascido em 16 de julho de 1943, na província de Holguín, o escritor cubano Reinaldo Arenas fez parte de uma geração que viu a ilha caribenha sofrer profundas transformações. Presenciou não só o golpe militar empreendido por Fulgêncio Batista Zaldívar em 10 março de 1952, como também o surgimento da Luta Insurrecional,

¹Mestrando em História, Cultura e Poder pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI-UFU); bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ualissonpereira@hotmail.com.

inaugurada pelos rebeldes em 26 de julho de 1953.¹ Em meio às forças em curso, ainda na adolescência, afeiçoa-se aos insurgentes, passando a compor no ano de 1958 o grupo que lutava contra a ditadura. Na década de 1960, já sob o triunfo revolucionário, usufruiu das políticas emergentes, formando-se e construindo carreira em instituições incentivadas financeiramente pelo governo castrista, a saber, o Curso de Contabilidade Agrícola em *La pantoja* e a União de Escritores e Artistas Cubanos (UNEAC).² Foi só na década de 1970, com o agravo do cerceamento às atividades culturais resultante do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, que o intelectual se tornou, efetivamente, um dissidente político. Com suas obras censuradas na ilha desde os finais da década de 1960, em função de uma escrita não apologética à Revolução, Arenas contrabandeava manuscritos para serem publicados no exterior. Perseguido pela polícia revolucionária em um processo que o condenava não apenas por seus desvios literários, mas também por desvios sexuais, viveu foragido por meses, até ser preso entre 1974 e 1976 em *Castillo del Morro*. Quando liberto, passou a ver no *exílio*³ a única possibilidade de sobrevivência. Em 1980, com a abertura do Porto de Mariel, o escritor, que já havia tentado fugir da ilha diversas vezes, falsifica sua documentação e consegue embarcar (ARENAS, 1995, p. 312). Saía de Cuba como mais um dissidente homossexual e não como um escritor reconhecido, cuja obra colocava em xeque a soberania revolucionária.

Autor de uma literatura crítica à Revolução, sobretudo no que diz respeito a perseguição aos homossexuais e intelectuais – cujos corpos, performances e escritas não se adequavam aos parâmetros do *homem novo*⁴ cubano ou à estética do *realismo socialista*⁵ –, Arenas é comumente associado a uma experiência de dissidência, marcada pelos limites revolucionários em produzir um ambiente de justiça coletiva e igualdade social. Seguindo seus testemunhos como fontes do passado, pistas do vivido, pesquisadores se valem das produções discursivas de Arenas para repensar a sociedade cubana sob a égide do comunismo a partir de questões identitárias, éticas e morais. Contudo, outras abordagens são possíveis. Seus testemunhos autobiográficos e relatos epistolares elaborados no desterro não só representam as debilidades de uma outra sociedade e um outro sistema – a saber, os Estados Unidos e o capitalismo – como permitem alocar suas construções acerca da Revolução sob os signos do engajamento e da aporia.⁶ Analisados como documentos, isto é, como parte do evento fenomenológico, e por meio de um viés comparativo, os sentidos de seus escritos se deslocam, tornando-se representativos não de um suposto malogro do projeto revolucionário, mas das

disputas estabelecidas no âmago das redes intelectuais em torno de Cuba e de suas questões sociais tópicas.

Sem a intenção de negar a violência, efetivamente sofrida pelo intelectual diante do encarceramento, da censura e do desterro, avulta-se que o estudo de seus escritos testemunhais, como ações literárias de expressão dialógica, permite o ganho analítico de retirá-lo do lugar de vítima da Revolução e alocá-lo como um de seus significativos interlocutores. Diante da abordagem apresentada, este artigo empreende uma reflexão acerca da experiência exílica do intelectual cubano Reinaldo Arenas na década de 1980, de forma a demonstrar as relações do literato com a nova terra. São exploradas as construções de suas expectativas e a ruptura de antigos anseios quanto a vida nos Estados Unidos.⁷ Evidencia-se ainda a fragmentação identitária, os embates que se impuseram ao intelectual em função de sua condição de estrangeiro, bem como, sua atuação literária nas redes de sociabilidade da Geração Mariel. Em outras palavras, investiga-se como Arenas, em meio aos demais dissidentes políticos, foi afetado e reagiu à condição do desterro, fazendo de seus escritos um instrumento de intervenção política e sociocultural.

De refugiado a cidadão hostil: a suposta ameaça do estrangeiro à segurança nacional e à coesão cultural

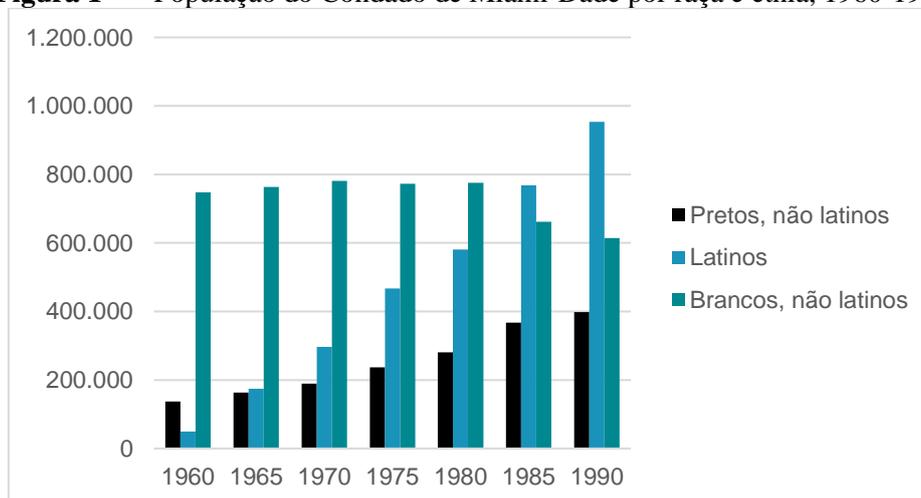
De acordo com Cecília Azevedo, a identidade nacional norte-americana é firmada sob o mito da excepcionalidade, que aloca a imigração como elemento essencial no erigir da nação. A ocupação do território estadunidense – puro, santificado, à espera do povo eleito – efetuada desde o século XVII não simboliza nos moldes de uma matriz puritana a conquista ou a dominação do Outro, mas um simples desbravar, “uma profecia a se cumprir no Oeste e no Futuro”. Segundo essa perspectiva, se a América era o que havia para ser percorrido, americano era aquele que, vindo de outra terra, se aventurava a percorrê-la. Não por acaso, firmou-se no vocabulário coletivo – em detrimento do termo *Border*, que designa uma linha limítrofe – a expressão *Frontier*, isto é, uma ideia de fronteira associada à transgressão, à liberdade e à possibilidade de construção de utopias (AZEVEDO, 2007, p. 79).

Cenário muito diferente encontraram aqueles cubanos que séculos mais tarde chegaram ao território estadunidense. O grande contingente populacional que navegava rumo aos Estados Unidos foi percebido pela nação, não como um povo que desbravava uma nova terra, mas como uma invasão bárbara. Por mais que representassem um ganho

– haja vista que no contexto da Guerra Fria as disputas por áreas de influência entre o país norte-americano e a União Soviética ocorriam, sobretudo, nos campos do imaginário –, os marielitos foram vistos por muitos estadunidenses como um povo indesejado. Tratava-se da negação de uma identidade ibérica por aqueles que reivindicavam uma identidade anglo-saxã, da não aceitação dos atrasados pelos avançados, da negação do terceiro mundo pelo primeiro mundo.

Antes mesmo dos marielitos essas questões de ordem discriminadora já estavam postas. Cerca de 7% entre os cubanos que chegaram aos Estados Unidos já na década de 1960 se declaravam negros. Essa parcela da população lidava com as hostilidades provenientes não apenas dos nativos estadunidenses, mas de seus conterrâneos exilados, que constituíam, predominantemente, uma camada de homens brancos de meia idade, com curso superior e posição financeira estável ou elevada. Muitos desses cidadãos cubanos que compunham o grupo minoritário relataram a impossibilidade de alugar moradia em regiões ocupadas por sua comunidade. Outros, que se dirigiram para fora de Hialeah ou Little Havana, experienciaram discriminações semelhantes, mas oriundas dos estadunidenses (BENSON; CLEALAND, 2021, p. 6). Passaram a viver segregados em localidades cuja vizinhança era predominantemente negra, como Overtown. Estavam sujeitos a uma hierarquia – artificialmente construída pelas relações de poder – não apenas racial, que desprestigiava o negro diante do branco, mas também étnica, que pressupunha a inferioridade do latino diante do estadunidense. A virada demográfica na região de Miami-Dade – condado onde se encontra a maior concentração de cubanos nos Estados Unidos, chegando a abarcar cerca de setecentos e oitenta e nove mil dos imigrantes em 2018 (DUANY, 2017) – evidencia as disputas étnicas e raciais crescentes e pode ser vista no quadro a seguir.

Figura 1 — População do Condado de Miami-Dade por raça e etnia, 1960-1990



Fonte: Metro-Dade Planning Department, 2006.

As estimativas populacionais apresentadas demonstram que a quantidade de brancos não latinos manteve-se regular entre 1960 e 1980. O mesmo não ocorreu com a população latina, que cresceu expressivamente, suplantando em 1985 o contingente até então preponderante. A chegada dos marielitos acirrou os embates travados. Se entre aqueles que saíram de Cuba em 1960 apenas 7% consideravam-se negros, a aferição de não brancos entre os dissidentes de Mariel na década de 1980 chegava a 20%. Os marielitos compunham, ainda, uma camada de homens jovens, trabalhadores, com pouco estudo; recortes identitários bastante distintos dos representantes do *Exílio histórico*⁸.

Diante deste cenário, os marielitos sofreram novas manifestações opositoras, que se sobrepuseram às daquelas de Havana. Jornais como o *Miami Herald* os culpabilizavam, habitualmente, pela criminalidade, violência e desemprego (MARQUES, 2009, p. 179). Capas como a da revista norte-americana *Time*, que veiculou em 23 de novembro de 1981 uma ilustração da Flórida atrás da manchete “Paraíso Perdido?”, aprofundavam a segregação. Em protestos, cartazes apresentados pelos estabelecidos com os dizeres “Reagan, te apoiamos em tudo” evidenciavam uma tentativa de apagar qualquer equivalência entre eles e os contrerrâneos marielitas.⁹ Placas empunhadas pela Ku Klux Klan com os dizeres “gostamos de cubanos se estiverem em Cuba” demonstram, ainda, a radicalização de pensamentos reacionários e extremistas de superioridade racial que tiveram de enfrentar. Tudo isso conferiu aos marielitos uma tripla estigmatização, isto é, pelos revolucionários, pelos estadunidenses e pelos exilados cubanos predecessores, impossibilitando, muitas vezes, não apenas a moradia, mas a concessão de vínculos empregatícios.

Arenas não estava alheio a essa conjuntura inamistosa. Apesar de a atuação no campo da literatura ter oferecido uma garantia mínima de renda – impossibilitada a muitos marielitos cujos estigmas e a falta de estudo inviabilizavam as oportunidades de trabalho –, várias questões de ordem financeira impuseram-se ao intelectual. Ainda que, por meio das transações clandestinas de seus manuscritos, o literato tenha publicado na França, pela *Éditions de Seuil*; na Venezuela, pela *Monte Ávila*; no Uruguai, pela *Arca* e no México pela *Diógenes* (ROMERO, 2021, p. 151-153), em várias cartas enviadas para os amigos Margarita e Jorge Camacho¹⁰ em 1980, o escritor relata não ter recebido qualquer pagamento por muitas de suas novelas. Outras vezes lamenta pelas baixas quantias obtidas (ARENAS, 2010, p. 113-117). Entre as epístolas nas quais Arenas expõe a carência de “firmar contratos para ter do que viver” (ARENAS, 2010, p. 98-100), diversas vezes questiona a atuação de Severo Sarduy, que – assim como Claude

Durant, Emmanuel Carballo e Angel Rama – havia ficado responsável pelas publicações de suas obras e pelos repasses monetários enquanto ele residia em Cuba. Se, por um lado, as epístolas não podem atestar suas denúncias contra aqueles que, informalmente, o agenciaram, por outro, constituem uma evidência da falta de recursos do intelectual, que ao referenciar a necessidade de encontrar e publicar seus manuscritos recorria a expressões como “aqui a vida é muito cara” e “não quero ser um fardo para ninguém” (ARENAS, 2010, p. 97).

Em sua autobiografia, Arenas oferece seu próprio diagnóstico sobre a situação econômica dos romancistas e contistas exilados nos Estados Unidos. Fazendo menção aos poetas cubanos Lydia Cabrera, Enrique Labrador Ruiz e Carlos Montenegro – que viveram o exílio em modestos apartamentos de Miami –, o escritor apresenta um cenário de dificuldades de publicação, livros inéditos sem interesse de editores e, ainda, autocusteamento das obras (ARENAS, 1995, p. 320). As composições literárias do intelectual atribuem responsabilidades por esse ostracismo a dois segmentos sociais, isto é, tanto a uma “esquerda festiva” que, segundo o escritor, ocupava as universidades e as editoras, e que os havia apoiado, publicado e tornado conhecidos enquanto estavam em Cuba, mas que os rejeitaram quando exilaram-se sob o signo da dissidência, quanto àqueles que dotados de uma moral burguesa prevalecente em Miami conferiam as obras, acima de tudo, um valor financeiro, mercantil, não estético, pautado nas possibilidades de mercado.¹¹

Era um verdadeiro paradoxo: aqueles grandes escritores saíram de Cuba em busca de liberdade, e agora se encontravam impossibilitados de publicar suas obras aqui. [...] Este era o preço que tinham de pagar por manter a dignidade [...] (ARENAS, 1995, p. 320).

De acordo com Arenas, se na ilha eram “condenados ao silêncio e ao ostracismo, [...]”; no exílio [eram condenados], ao desprezo e ao esquecimento” (ARENAS, 1995, p. 321). É necessário assinalar, contudo, que ainda que o escritor tenha alocado as editoras, sobretudo as latino-americanas, como espaços de uma “esquerda festiva”, atribuindo à expressão uma conotação negativa ao afirmar que em termos de edição desejava se “esquecer da América Latina” (ARENAS, 2010, p. 113), muitas dessas editoras continuaram publicando suas obras no decorrer da década de 1980 e serviram como fornecedoras de proventos necessários à sua subsistência. Entre elas pode-se citar as venezuelanas *Tusquets*, *Montesinos*, *Argos Vergara* e *Cruz de Sur*, bem como, a mexicana *Kosmos*. Durante os dez anos do exílio, assinou contratos, ainda, com as espanholas *Seix Barral*, *Áltera*, *Dador*, *Mondadori* e *Betania*; as estadunidenses

Penguin, Viking, Grove Weidenfeld, Harper & Row, Avon Books e Universal e, ainda, a francesa *Presses de la Renaissance* (ROMERO, 2021, p. 151-153).¹²

Por mais que sua recente saída da ilha tenha viabilizado uma maior possibilidade de publicação quando comparado a outros poetas exilados, sua condição financeira não era distinta dos demais escritores cubanos do desterro. Exceto pelo curto período de oito meses em que residiu em Miami, o intelectual, que afirma ter tido “muito mais propostas para ser publicado” enquanto esteve “sem poder sair de Cuba” (ARENAS, 1995, p. 332), viveu todo o exílio em prédios em ruínas no burgo de Manhattan, em áreas referenciadas como locais destinados à prostituição, com grande quantidade de moradores em situação de rua e intenso tráfico de drogas. Denunciando tanto os revolucionários que instituíram a partir do direcionamento cultural um padrão moral responsável pela marginalização de sua literatura na ilha, quanto os apoiadores da Revolução que observando o cenário a partir de outros países negaram a repressão a camadas como a intelectualidade e homossexualidade, e ainda aqueles que ao viverem sob o sistema capitalista, caracterizado pelo escritor como “sórdido e mercantilista” (ARENAS, 1995, p. 318), não valorizaram a literatura cubana, Arenas elabora a experiência exílica nos seguintes termos: “compreendi que a guerra recomeçava, agora sob uma forma muito mais velada” (ARENAS, 1995, p. 318).

Além das dificuldades financeiras, outros fatores limitaram sua integração à nova terra, como a manutenção da perseguição à identidade homossexual e a não regulamentação de sua documentação. Segundo Caroline Drummond, duas políticas impuseram-se aos marielitos homossexuais desde sua chegada aos Estados Unidos. Primeiro, assim como os demais desterrados de Mariel, foram institucionalmente alocados em uma nova categoria de estrangeiro, definida como *Cuban-Haitian entrant (status pending)*. Isso não só conferiu a eles certa imprecisão sobre a sua condição legal no país como ofereceu subsídios para que tivessem o status de refugiado político negado.¹³ Segundo, entravam nos Estados Unidos em um momento de redefinição das políticas de exclusão aos homossexuais estabelecida pelo Serviço de Imigração e Naturalização (INS). Identificados na década de 1950 como portadores de “personalidade psicopática” e na década de 1960 e 1970 como “desviados sexuais”, os homossexuais eram sujeitos à exclusão por desordem mental. Isso fez com que, durante três décadas, sob o ponto de vista legal, fossem proibidos de se estabelecerem no país. Foi durante o Êxodo de Mariel, mediante a cobertura midiática de cerca de 1.500 homossexuais que chegavam aos Estados Unidos, que os órgãos de imigração se viram obrigados a aplicar um novo protocolo. Os agentes não mais questionavam os

estrangeiros sobre suas “preferências sexuais”, contudo, se fizessem qualquer declaração não solicitada que inferisse a homossexualidade eram direcionados a uma segunda inspeção, levando-os a assinar uma declaração e fazendo com que fossem submetidos a uma audiência de exclusão (DRUMMOND, 2018, p. 101-102).

Ambas as políticas afetaram a experiência exílica de Arenas. Nos detenhamos primeiro à sua condição de estrangeiro e à falta de regularização de sua documentação. Tendo saído de Cuba com um nome falso e sem documentos que atestassem sua existência, o intelectual empenhou-se em conseguir com o departamento de Estado de Washington a permissão de residência nos EUA. Cartas como a de 1 de outubro de 1980 e a de 8 de janeiro de 1981, nas quais o escritor evidencia os contatos com os funcionários da repartição estatal, demonstram os movimentos do escritor na busca pela ordenação de seu passaporte e autorizações de entrada e saída. Essas regularizações nunca se efetivaram. Durante seus dez anos de exílio, Arenas teve de lidar com a falta de documentação, sendo muitas vezes impedido de realizar viagens a outros países, seja para ministrar conferências em universidades em que era requisitado ou para encontrar outros intelectuais com os quais colaborava em projetos e revistas. Quando convidado por Octavio Paz¹⁴ para ir ao México, argumenta: “Desejo, antes de tudo, regularizar meu status legal aqui, isto é, ter uma documentação que ateste a minha existência”. Em outra ocasião, quando é convidado para ir a Europa, lamenta: “Não é conveniente abandonar os Estados Unidos sem ter uma residência, ou algum tipo de credencial que me permita existir como cidadão normal, não posso chegar à Europa indocumentado” (ARENAS, 2010, p. 109). Em carta de 8 de janeiro de 1981 afirma ainda “tenho convites para ir à Alemanha e Estocolmo, mas enquanto meus documentos de imigração não são regularizados nada posso fazer” (ARENAS, 2010, p. 121). Além disso, para os exilados, os documentos “definem aspectos essenciais do dia a dia, a começar pela própria permissão para se estabelecerem, terem direito tanto à saúde quanto à moradia” (ROLLEMBERG, 1999, p. 60). Evidencia-se, portanto, que, no exílio, Reinaldo Arenas tornou-se um Outro, não apenas em função de sua identidade subjetiva – uma vez que o exilado, ainda ligado a suas raízes culturais, tem suas práticas, modos de ver e de ser invalidados pelos estabelecidos –, mas, também, em função da negação de sua identidade burocrática.

Somente em 1984 é instituída a *Normalização das Relações Migratórias* entre os Estados Unidos e Cuba. A partir de reuniões entre representantes de ambas as nações, que ocorriam de forma esporádica desde 1980, definiu-se que seriam concedidos 20 mil vistos anuais para os que almejavam residência nos Estados Unidos, de modo a evitar a

emigração ilegal. Em troca, Cuba receberia de volta 2.746 marielitos considerados inaceitáveis pelos estadunidenses. Ainda em 1984 foi designada ao *Serviço de Imigração e Naturalização* (INS) a responsabilidade pelos trâmites de concessão de residência permanente aos que foram “acolhidos” (RODRÍGUEZ, 2003, p. 8). O amparo legislativo, contudo, não foi solicitado por dezenas de milhares de cubanos, por diversas razões. Além das suspeitas que pairavam entre estes que viam os inaceitáveis ou *excludables* sendo deportados – o que levou o jornal *Miami Herald* a fazer uma campanha em 1985, solicitando que confiassem nos serviços de imigração –, havia relatos de que muitos dos cubanos de Miami receberam orientações confusas do INS, como solicitações de audiência de imigração para possível deportação, e não um convite para a regularização do status (MARQUES, 2009, p. 180).

Desde então, uma série de políticas foram direcionadas aos chamados *Cuban Citizens*. A partir de 6 de novembro de 1986, como pode ser observado em uma emenda da *Lei de Reforma e Controle da Imigração* (IRCA) – assinada por Reagan no mesmo ano –, os Haitianos e Cubanos que residiam há um longo período nos EUA passaram a dispor de novos abrigos jurídicos em suas solicitações de residência permanente. Como é evidenciado na *Seção 202, Subseção (b)*, intitulada *Estrangeiros Elegíveis para Ajuste de Status*, seriam legalmente admitidos e obteriam o estatuto de residente permanente nos Estados Unidos todos aqueles que tivessem recebido uma designação de imigração como ingressante cubano/haitiano (status pendente) ou, ainda, aqueles que, sendo cidadãos de Cuba ou do Haiti, tivessem chegado aos Estados Unidos antes de 1º de Janeiro de 1982 (EUA, 1986). Desse modo, os marielitos que haviam sido devidamente registrados pelo INS, que não tivessem sido imediatamente recusados por meio das audiências de exclusão e que ainda não portassem declaração de residência legal, disporiam de uma nova oportunidade de requerer, entre 1986 e 1988, os seus direitos quanto ao estabelecimento em terras estadunidenses. Preocupações semelhantes às dos anos anteriores assolaram os cubanos irregulares. Em carta de 24 de dezembro de 1987, Arenas escreve:

[...] o panorama político para os cubanos nos Estados Unidos parece sinistro. Reagan tem chegado a acordos monstruosos com Castro. Deportações massivas para Cuba, rejeição dos cubanos que abandonam a ilha ilegalmente e ainda a ameaça de que qualquer cubano que cometa um delito aqui possa ser deportado para Cuba. Na verdade, é melhor sair correndo deste lugar, mas, para onde? (ARENAS, 2010, p. 196).

Se sob o ponto de vista político os acordos firmados entre os líderes estadunidenses e os revolucionários, bem como as leis instituídas com relação à

imigração nos Estados Unidos em 1986 representavam um avanço – uma vez que a travessia ilegal consistia em uma prática perigosa para àqueles que se arriscavam a abandonar a ilha de modo clandestino e que as leis estadunidenses anteriores à 1980 incitavam a clandestinidade cubana pela aplicação de políticas de acolhida desproporcionais quando comparadas aquelas destinadas à imigrantes de nações não revolucionárias –, sob o ponto de vista prático o IRCA foi percebido de outra forma. Os marielitos que durante anos sofreram os estigmas de um povo não aceito; que foram transformados em páreas devido à categoria de *status pending* à qual foram submetidos; que não tiveram o reconhecimento de seu refúgio político e que sentiram o rechaço não só da imprensa, mas do próprio discurso oficial – uma vez que Reagan afirmava desde 1985 uma necessidade de maior controle sobre as fronteiras para a prevenção da invasão de “criminosos” e “traficantes” que ameaçavam a segurança nacional (AZEVEDO, 2007, p. 84) –, enxergaram na política um recrudescimento das práticas persecutórias. A eles, que viveram em grande medida sem assistencialismos no governo neoliberal¹⁵, sobressaltava a possibilidade de serem deportados.

Explorados alguns aspectos sobre as dificuldades de regularização dos documentos dos marielitos, que se impuseram também a Arenas, voltemos agora para a segunda questão: a homossexualidade. Por mais que Arenas não estivesse entre os estrangeiros retidos no desembarque ou submetidos à audiência de exclusão, sua realidade não estava apartada da repressão ou do imaginário popular intolerante. Se em sua autobiografia o intelectual narrou as diversas formas de perseguição direcionada a esse grupo em solo revolucionário – seja pelo aparato policial que os conduziu aos campos de trabalho forçado das UMAPs entre 1965 e 1968; seja pelas resoluções dos órgãos culturais por meio das quais foram excluídos dos cargos educacionais a partir de 1971; seja, ainda, pelas organizações escolares que criaram mecanismos para a exclusão desses sujeitos da universidade (FREITAS, 2021, p. 476-479) –, em excertos da Revista de Literatura e Arte Mariel, na qual o escritor fazia parte do corpo editorial, é possível observar representações da falta de solidariedade também nos EUA.

Em matéria publicada na edição de número cinco da Revista Mariel, lançada em 1984, o editorial veiculou uma chamada de 1977 para uma marcha diante da Organização das Nações Unidas. O manifesto publicado não só denunciava o suicídio de um homossexual cubano em Miami, evidenciando a existência de diversos elementos retrógrados no país norte-americano, como também repudiava uma campanha com vistas à revogação de uma lei que proibia a discriminação com base em orientação sexual no condado de Miami-Dade (MARIEL, n. 5, 1984, p. 15). Apesar de a entrevista

disposta acima do anúncio da marcha, concedida pelo militante homossexual cubano Alex Oyanguren, apresentar uma narrativa crítica, sobretudo, à tradicional comunidade latina estabelecida na região, cujos membros haviam corroborado com a diligência através de petições distribuídas em igrejas e mobilizações contrárias a lei, outros elementos permitem ampliar as percepções da dinâmica de repressão aos homossexuais nos EUA, como a origem e a abrangência da manifestação conservadora. A campanha não só havia sido iniciada por personalidades e setores tradicionais estadunidenses, como a cantora Anita Jane Bryant, e a coalizão intitulada *Salve Nossas Crianças*, como apresentou um alcance não apenas local. Cartões haviam sido enviados para diferentes regiões do país, descredibilizando homossexuais que tentavam ocupar distintos postos de trabalho, sobretudo os educacionais (CHAPARRO; ESTEFAN VARGAS, 2011, p. 69).

Através das ações da cantora, da coalizão e do forte apoio popular, a lei foi revogada. A campanha que recorria a slogans como *Bring America back to God and morality* e *Protect America's Children* tinha como estratégia a associação das terras estadunidenses à uma espécie de pureza divina ao mesmo tempo que conferia aos homossexuais a responsabilidade por uma suposta degeneração social. Nas manifestações conservadoras, reiteradas vezes os homossexuais foram arbitrariamente associados a abuso, perversão sexual e corrompimento da juventude. Se em Cuba as leis de Extravagância, de Diversionismo Ideológico e de Normal Desenvolvimento Sexual da Juventude e da Família foram responsáveis pela marginalização de muitos desses indivíduos, nos Estados Unidos a discriminação ocorria de forma não menos danosa. Os órgãos legislativos estadunidenses e seus mecanismos de mudança, regularmente referenciados pelos *marielistas*¹⁶ como instâncias democráticas, tornavam-se, muitas vezes, impenetráveis, de modo que os interesses de determinados grupos e instituições, frequentemente, prevaleciam acima de direitos humanos básicos e da justiça social.

Todos esses conflitos travados nos Estados Unidos, sejam os alheios a experiência de Arenas ou aqueles que ao atingirem o intelectual acabaram por ser representados em seus escritos epistolares ou em seus projetos editoriais, não só evidenciam a aversão dos estabelecidos estadunidenses a determinados recortes étnico-raciais, culturais, de classe e de gênero – muitas vezes concebidos como deficiências de caráter associadas a figura do estrangeiro –, como também apresentam a negociação das identidades como elemento privilegiado na afirmação e manutenção do poder moderno.

Longe de constituírem apenas um quadro de intolerância ou falta de alteridade civil, as negações identitárias que sofreram os marielitos foram estimuladas por relações geoeconômicas em uma conjuntura maior, onde a produção de antagonismos é instituída como uma política de segurança nacional. Não por acaso, o político conservador Samuel Huntington, escalado para ser coordenador de planejamento do Conselho de Segurança Nacional do governo de Jimmy Carter nos fins da década de 1970, afirmou, anos mais tarde, que “dadas as forças domésticas em favor da heterogeneidade, diversidade, multiculturalismo e divisões raciais, os Estados Unidos, mais do que a maioria dos países, talvez necessitassem de um Outro a quem se opor para manter-se unido” (AYERBE, 2002, p. 20). Não por acaso as falas de Reagan no decorrer da década de 1980 recorriam frequentemente a elementos discursivos como a necessidade de limitação da imigração e a condenação dos países de origem dos entrantes. É a partir dessa fabricação do *Outro*, que associa o estrangeiro a identidades criminalizáveis e que relaciona o que está “do lado de lá” das fronteiras a selvageria e barbárie, que os dispositivos de controle modernos são reafirmados.

Numa nação constituída por meio da imigração e que apresenta grande heterogeneidade em função da coexistência de grupos constituídos a partir de distintas diásporas, o forte sentimento de pertencimento nacional – frequentemente reciclado pelos líderes e pelo discurso oficial estadunidense – é institucionalmente firmado como uma política de “americanização” e se sustenta, se não pela negação da diversidade, por uma tentativa de assimilação do *Outro*, cujas manifestações são vistas a partir de uma concepção intransigente como potenciais riscos à coesão nacional.¹⁷ *Border* – e não *frontier* – caracterizava a experiência dos novos entrantes.

Redes de sociabilidade entre vidas dissidentes: engajamento e aporia nos projetos literários da Geração Mariel

De acordo com Edward Said, “o intelectual é um indivíduo empenhado em representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para – e, também, por – um público” (SAID, 2005, p. 25). Não se trata de um indivíduo iluminado, à parte, capaz de falar a verdade ao poder, mas de alguém que preenche um conjunto de funções particulares na sociedade. Mais do que construir dogmas, o intelectual moderno – dotado da consciência de sua função – levanta questões e confronta ortodoxias. Sua razão de ser é “representar as pessoas e

problemas que são sistematicamente esquecidos” (SAID, 2005, p. 25). Segundo o crítico literário,

[...] o intelectual, como alguém que age com base em princípios universais, trabalha em função da ideia de que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas (SAID, 2005, p. 26).

É a partir dessa ótica que os escritos de Arenas podem ser vistos enquanto expressões de uma intelectualidade engajada. As primeiras epístolas encaminhadas para Margarita e Jorge Camacho desde o exílio já apresentam a urgência do intelectual em ter em mãos as suas obras, reivindicadas, desde logo, como provas de sua luta, manifestações de seu compromisso moral. Em 19 de maio de 1980, escreve: “[...] Se minha sobrevivência em Cuba teve algum significado, é a esperança de poder me encontrar com esses papéis, escritos, vocês sabem, sob tanto terror e cautela que é impossível até lembrar” (ARENAS, 2010, p. 92). Diante da possibilidade de ter perdido os manuscritos, insiste: “Tenho que recobrar minha existência. [...] Me enviem urgentemente os manuscritos que lhes peço” (ARENAS, 2010, p. 93). Em 20 de maio de 1980, declara: “Estou muito preocupado com o destino dos meus manuscritos. Vocês sabem que, para mim, o único significado da minha existência é saber que eles estão seguros e que nada se perdeu. [...] Esses papéis são [...] minha própria vida” (ARENAS, 2010, p. 94-95).

Entre as novelas, contos e poemas, que Arenas requeria com tanto afincio, encontrava-se a nova versão de *Otra vez el mar* (1982)¹⁸, *La Vieja Rosa* (1980) e, ainda, *Arturo, la estrella más brillante* (1984) (ARENAS, 2010, p. 103-104). Todas essas produções literárias, escritas à sombra do direcionamento cultural e da criminalização dos diversionismos ideológicos em Cuba, apresentam o regime revolucionário sob o signo do autoritarismo e evidenciam a homossexualidade como identidade minada. De todo modo, os símbolos são a nação traída, a Revolução corrompida, campos de trabalho forçado e sexualidades reprimidas. Editadas e publicadas por Arenas durante o exílio, essas escrituras cumprem a função de anunciar outros panoramas acerca da realidade cubana pós 1959. Suas experimentações literárias tematizam e estilizam a Revolução, criando significações adversas do processo. Contrapõem-se aos revolucionários na medida em que colocam à prova o ideal de ampla justiça social, frequentemente reivindicado pelo discurso oficial cubano como motivação primária da luta anti-imperialista. Seus escritos materializam-se, portanto, como uma recusa a

aceitar “meias verdades, ideias preconcebidas, fórmulas fáceis ou confirmações afáveis” (SAID, 2005, p. 35) no que diz respeito ao regime.

Com proposta semelhante surge a Revista de Literatura e Arte Mariel. Construída por intelectuais cubanos do exílio e veiculada entre 1983 e 1985, o periódico tinha como um dos desígnios estabelecer críticas ao governo de Fidel Castro e servir como espaço de denúncia ao aparato revolucionário, que, segundo o corpo editorial, havia sido responsável não apenas pela perseguição de suas obras na ilha como também pela estigmatização que sofreram no exílio:

Três anos não foram suficientes para que toda a verdade acerca de Mariel saísse a luz, mas têm sido suficientes para permitir que um grupo de criadores que deixou Cuba naquela ocasião dedique seus esforços e escassas economias à criação desta revista. Se toda a verdade de Mariel, como parte do pesadelo mais mutilador do castrismo, levará muito tempo para se tornar palpável em todos os seus detalhes, é hora de começarmos a lançar sobre a inteligência e a sensibilidade dos homens livres as peças mais esmagadoras dessa verdade [...] (MARIEL, n. 1, 1983, p. 2).

Ao definir os cidadãos do desterro como homens livres e afirmar que enquanto milhares de cubanos perseguidos pelo castrismo “se lançavam ao mar com as mãos vazias, o regime de Havana havia destinado grandes somas de dinheiro para articular uma campanha internacional com o fim de deformar a significação política do êxodo”, o editorial oferece, desde o primeiro número, a tônica do periódico, isto é, a modificação dos imaginários acerca do fenômeno de Mariel por meio da expressão literária e da contestação revolucionária. Inicialmente impressa em Miami e posteriormente unificada na cidade de Nova York, a revista – que tinha como assessora a antropóloga e poeta cubana Lydia Cabrera, contando, para além de Reinaldo Arenas, com nomes como Juan Abreu, Reinaldo García Ramos, René Cifuentes, Roberto Valero, Marcia Morgado, Carlos Victoria e Luiz de la Paz em seus conselhos de direção e edição – apresentava em sua periodicidade trimestral e seu formato tabloide, três seções permanentes bastante elucidativas do projeto.

Na seção intitulada *Experiencias* eram veiculados excertos autobiográficos, crônicas e memórias, cujo conteúdo voltava-se para uma suposta revelação do cotidiano da comunidade cubana, sobretudo as experiências sob o governo castrista. Ainda que a maior parte dos escritos dessa seção tenham sido produzidos pelos próprios integrantes da Revista Mariel, os leitores eram estimulados a contribuir com relatos testemunhais. Os editores, contudo, requisitavam o direito de alterar/recortar o texto quando considerassem necessário. Em *Confluencias* eram publicados poemas e trechos de novelas cubanas que haviam sofrido censura na ilha revolucionária. Tais literaturas

recebiam uma espécie de posfácio, utilizado para situar os sentidos produzidos, bem como, o contexto de escritura e proibição das obras. A seção *Urgências*, por sua vez, abrangia análises e reprimendas aos abusos em curso no país caribenho. As propostas da revista – majoritariamente financiada pelos próprios escritores –¹⁹ confluíam, portanto, para uma crítica obstinada e direcionada aos aspectos mais atrozes da Revolução.

Vivíamos à beira da miséria, mas investimos nossos poucos recursos para criar Mariel, que representou um grande acontecimento para nós. Deveria ser uma revista de causar impacto entre os próprios exilados e, é claro, surpreender Fidel Castro (ARENAS, 1995, p. 330).

As ações engajadas tornam-se ainda mais evidentes no conteúdo veiculado, a partir do qual podemos apreender as estratégias do editorial. No quinto número da revista, lançado em 1984 e dedicado aos homossexuais, por exemplo, em artigo intitulado *Hablemos Claro*, disposto na seção *Experiencias*, opõem-se a ideia de que a perseguição direcionada a esse grupo em Cuba tenha se restringido aos períodos de agravamento político. Em detrimento da adoção de recortes processuais que demonstram enrijecimentos pontuais nas políticas e práticas instituídas na ilha – sobretudo entre 1965 e 1968 com o advento das UMAPs e entre 1971 e 1975 com as determinações estatais que dariam corpo ao chamado *Quinquênio Gris* –²⁰, os marielistas, que segundo Drummond “tinham como denominador comum a experiência histórica da repressão oficial, a qual pretendiam denunciar e combater” (DRUMMOND, 2018, p. 44), veicularam as leis que, de encontro as práticas homossexuais na ilha, vigoravam até o momento (MARIEL, n. 5, 1984, p. 9). Entre elas, pode-se citar a *Ley de Peligrosidad* (CUBA, 1978) e a *Ley de delitos contra el normal desarrollo de las relaciones sexuales* (CUBA, 1978).

Em documento da *Asamblea Nacional del Poder Popular de la República de Cuba*, empreendida entre os dias 28 e 30 de dezembro, no ano de 1978, homossexuais foram efetivamente referenciados no *Título XI* ou *Delitos contra el normal desarrollo de las relaciones sexuales y contra la familia, la infancia y la juventud*. Neste espaço o artigo 359 indicava punições de 3 a 9 meses de reclusão por:

a) Ostentação pública de status homossexual; b) Realização de ato homossexual em local público ou privado (involuntariamente visto por terceiros); c) Degradação dos bons costumes com exhibições insolentes ou qualquer outro ato de escândalo público; d) produção ou veiculação de publicações, gravuras, gravações, fotografias ou outros objetos obscenos (CUBA, 1978).

Havia ainda, no título *Corrupción de menores*, a pena de oito anos destinada àqueles que “induzissem menores a exercer a homossexualidade” (CUBA, 1978). Em

outro texto, impresso no sexto número da Revista Mariel, Juan Abreu questiona, ainda, a expressão *años duros* utilizada em uma matéria no *Miami Herald* para se referir aos períodos de maior repressão na ilha: “Se trata de uma citação? São palavras de Néstor Almendros ou da redatora? O que quer dizer isso? [...] Que esses anos se passaram? Que existe tolerância e igualdade social em Cuba para os homossexuais? Que agora disfrutam dos anos brandos?” (MARIEL, n. 6, 1984, p. 35). Observa-se, portanto, que a reivindicação de outros marcos persecutórios constitui uma das estratégias elementares do corpo editorial.

Nas outras duas seções, *Confluencias* e *Urgências*, que contam, em maior medida, com as contribuições literárias de Arenas, não só são propostos novos marcos persecutórios como projetam-se novos ídolos. Ao dedicarem o primeiro e o segundo número da revista a Lezama Lima e Virgílio Piñera – literatos homossexuais cubanos reconhecidos, cujas obras foram censuradas no regime revolucionário –, o editorial concebe as produções e os *insílios*²¹ desses escritores como exemplos de honestidade e heroísmo intelectual. Evidenciadas por Arenas como escrituras que não se submetiam a outros desígnios, outros compromissos, as obras dos referidos escritores foram apresentadas como detentoras de uma verdade a ser cultivada.

Dizer a verdade sempre foi um ato de violência. [...] A verdade, o simples, o conciso, a pura verdade se tornou uma palavra subversiva, proibida ou de mau gosto. É preferida a desonestidade à sinceridade. [...] No entanto, tendo perdido quase tudo, ainda um Deus invulnerável nos inspira e sustenta, o Deus da raiva. Ele tem nos encorajado nos momentos de maior medo. Graças a ele, tivemos e teremos forças para dizer o que eles não permitem dizer, e somos nossa inquietação íntima e intransferível, nosso estupor inexpugnável. Que nos encoraje sempre – em um mundo contaminado por estupidez, oportunismo, covardia, vileza, tolice e crime –, a alegria de perecer prisioneiros de indignação lendária e heroica (MARIEL, n. 2, 1983, p. 22).

Ao aliar essa verdade, que segundo o intelectual figurava nas obras de Lezama Lima e Virgílio Piñera, aos símbolos de uma escrita vingativa e abençoada pelo “deus da cólera”, Reinaldo Arenas desestabilizava os signos essenciais da Revolução, quais sejam, a ideia de uma luta inteiramente instituída sobre bases de igualdade, bem como, a existência de uma liberdade plena em Cuba.²² Em outras palavras: se as obras literárias consistiam em verdades absolutas e a censura sobre elas representavam a violência, não restava a Lezama Lima e Virgílio Piñera qualquer outra designação que não constituísse o binômio vítima-herói, como não restava outros lugares simbólicos aos Revolucionários e seus aliados, que não os de algozes e cúmplices.²³ Desse modo, o estabelecimento de novos ídolos constituiria uma segunda estratégia dos escritores exilados.

Não obstante, a instituição de credibilidade a novas figuras não poderia ser efetuada sem um desordenamento simbólico, isto é, uma crítica àqueles que produziam verdades destoantes daquelas instituídas pelos marielistas. Como pode ser observado em artigo de 1984, veiculado na revista, a oposição a esses sujeitos é reforçada. Sob o título *Include me out*, Guillermo Cabrera Infante, apesar de ser reconhecido como um dos representantes do *Boom latino-americano* pela publicação da obra *Três Tristes Tigres*, recusava-se a ser acionado como constituinte do fenômeno ou associado aos demais escritores.

O ano de 1967 foi indicado como o ano do nascimento do boom. Ou seja, momento em que os críticos [...] observaram que na América mais ou menos hispânica havia dois ou três livros que poderiam ser lidos sem corar [...]. Naquele ano o malfeito Miguel Angel Asturias ganhou, sem bilhete, na loteria do Prêmio Nobel; naquele ano saiu *Cem Anos de Solidão*; naquele ano, eu não quero esquecer, publicou-se *Três Tristes Tigres*. Mas na realidade, os cronistas (refiro-me aos compositores de cronologia) esqueceram que cinco anos antes, ou seja, em 1962, Mario Vargas Llosa havia ganhado um importante prêmio espanhol, o Joan Petit-Biblioteca Breve cedido pela editora catalã Seix-Barral [...]. Era a primeira vez que a Espanha reconhecia a novela sul-americana [...]. Mas naquele ano ocorreu outro evento literário que apontava para o sul: Jorge Luis Borges ganharia [...] um prêmio ainda mais importante, [...] o Prix Internacional de literatura. Foi naquele ano de 1962 (e não cinco anos depois), quando Borges e Vargas ganharam dois prêmios literários europeus, que começou o verdadeiro interesse pela literatura latino-americana. Quanto ao Boom que foi inventado mais tarde, no qual Borges, dada sua estatura, não tinha lugar, é preciso dizer com franqueza que era apenas um clube[...]. E este certamente não foi o melhor. [...] Nunca pertenci ao boom, nunca quis pertencer (MARIEL, n. 5, 1984, p. 3).

Entre os textos de intelectuais e artistas cubanos promovidos na Revista Mariel, os sarcásticos escritos de Guillermo Cabrera Infante, exilado ainda em 1965, corroboravam com o argumento do corpo editorial, buscando valorizar os excluídos, os esquecidos, os inviabilizados em detrimento daqueles que constituíram o que foi considerado a típica literatura latino-americana. Argumento muito semelhante é encontrado na obra autobiográfica de Arenas, onde a figura de Borges é novamente exaltada e a de Gabriel García Márquez rechaçada:

Um dos mais notórios casos de injustiça intelectual deste século é o de Jorge Luis Borges, a quem negaram sistematicamente o prêmio Nobel, por causa de sua postura política. Borges é um dos escritores latino-americanos mais importantes do século; talvez o mais importante; entretanto, deram o prêmio Nobel a Gabriel García Márquez, plagiador de Falkner, amigo pessoal de Castro e oportunista nato. Sua obra, embora tenha alguns méritos, é marcada por um populismo barato que não está à altura dos grandes escritores mortos no esquecimento ou relegados a um segundo plano (ARENAS, 1995, p. 333).

Ao deslegitimarem a escrita de Gabriel García Márquez, que permaneceu fiel aos dirigentes cubanos enquanto outros intelectuais, como Simone de Beauvoir e Jean

Paul Sartre, já haviam rompido com o regime desde o caso Heberto Padilla²⁴, colocavam em prática uma terceira estratégia, qual seja, uma sistemática relativização de autores e obras canônicas da vanguarda revolucionária.

É claro que as estratégias, compartilhadas por muitos dos marielistas, não consistiam em um plano delimitado e coerente de ações, a ser seguido como uma receita ou uma bula. Não podem ser vistas como estruturas rígidas, sem espaço para o contingencial. Poderiam ser mais bem definidas como um agir entre sujeitos que viviam a história com indeterminação e que utilizavam dos recursos disponíveis para consolidar o devir que lhes interessava. Essas estratégias são representativas de uma articulação de conhecimentos compartilhados e validados pelo grupo de dissidentes; de um avizinhamiento entre os constituintes do êxodo em redes de sociabilidade.

Havia um pequeno grupo de cubanos em Nova York, todos chegados via Mariel. Costumávamos nos reunir com frequência e líamos nossos textos. O apartamento de René Cifuentes, na Oitava Avenida, era um dos pontos de encontro; lá falava-se de qualquer coisa, criticava-se, lia-se. [...] Juan Abreu e outros amigos que também chegaram no êxodo de Mariel, como Carlos Victoria e Luiz de la Paz, viviam em Miami; em Washington estava Roberto Valero, estudando na Universidade de Georgetown; em Nova York, estava Reinaldo Gómez Ramos, René Cifuentes e eu mesmo. Todos nós "marielitos", resolvemos fundar a revista Mariel (ARENAS, 1995, p. 155).

A Revista Mariel também não era a única que surgia na década de 1980 direcionada a um viés opositor à Revolução. Estava em consonância com outras publicações exílicas da época, como a *Término* dirigida por Ismael Lorenzo e a *Unveiling Cuba* dirigida por Roberto Madrigal e Manuel Ballagas. Assim como Mariel, ambas as revistas se comprometiam com uma “luta antitotalitária”, compreendida como uma recusa em aceitar sociedades que se estruturavam pela restrição da liberdade e controle da vida pública e privada. Essas revistas não estavam alheias umas às outras, promoviam-se mutuamente (DRUMMOND, 2018, p. 44). Os textos e imagens de Arenas também transitavam em distintos espaços, como na Revista *Vuelta* de Octávio Paz, ou em filmes, como *Sus propias palabras* de Jorge Ulla e *Conducta impropia*, de Néstor Almendros e Orlando Jiménez Leal. Seu “Comunicado”, escrito em março de 1983, apresentando treze pontos que traduziriam a “verdadeira situação do povo cubano sob o castrismo”, contou, também, com a contribuição de Carlos Franqui, diretor da revista *Revolución*²⁵. Tudo isso demonstra o caráter heterogêneo dessas ações estratégicas, que se efetivavam muitas vezes a partir de iniciativas individuais, mas que também eram articuladas a partir de forças coletivas.²⁶

No que diz respeito ao comunicado escrito por Arenas e Franqui, o extenso documento denunciava uma casta militar cubana privilegiada que dispunha de

“mercados especiais” enquanto a população tinha de lidar com intensos racionamentos de comida; incriminava os campos de trabalho forçado, cuja violência direcionava-se sobretudo aos “homossexuais, intelectuais dissidentes, religiosos e mulheres de amor livre”; nomeava as prisões superlotadas, bem como, os adolescentes, estudantes universitários e escritores que haviam sido alvos de fuzilamento. Todas as inferências estavam respaldadas por dados como o nome das vítimas e as cifras da quantidade de comida que cada cidadão poderia consumir em um mês. Solicitavam, ainda, que a ONU e a UNESCO se certificassem dos ocorridos. Ao sugerir que a Revolução, em seus anos iniciais, era guiada por um caráter “humanista e libertário”, mas que a partir do alinhamento a União Soviética tornou-se uma expressão repressiva, culpabilizava Fidel Castro e seus apoiadores pela implantação da ideologia comunista em Cuba e por uma suposta ampliação do retrocesso e da barbárie:

Estamos contra o colonialismo e a favor da verdadeira liberdade dos povos, estamos a favor da liberdade e o desenvolvimento da humanidade, por isso estamos em oposição a Fidel Castro ou qualquer outro tipo de ditadura, venha de onde vier. Não podemos admitir a posição de muitos intelectuais que defendem “seus pobres”, mas mantém seus escravos. [...] Não se pode ser antifascista e amparar os campos de concentração, a repressão e o crime (ARENAS, 2010, p. 395-400).

Evidencia-se, portanto, que as estratégias literárias utilizadas pelos marielistas - entre elas, a ampliação dos marcos persecutórios em Cuba, o esforço de instituição de novos ídolos cubanos, e a relativização das figuras e obras canônicas – constituem um conjunto de diligências, tanto individuais quanto coletivas, que intentavam e eram capazes de construir oposições a conhecimentos preexistentes no que diz respeito ao fenômeno revolucionário. Tais estratégias revelam não a Revolução Cubana como uma instituição falida, como pretendiam os dissidentes engajados, mas a existência de uma verdadeira luta de representações entre *campos intelectuais*²⁷ dissonantes, que avaliavam e construía o fenômeno a partir das mais adversas epistemologias.

Esquadrinhadas algumas das estratégias presentes no periódico, cujas manifestações configuravam a Revolução Cubana pejorativamente, consideremos agora um outro aspecto essencial, a aporia. Segundo Said:

O exilado vê as coisas tanto em termos do que deixou para trás como em termos do que de fato acontece no presente; através dessa dupla perspectiva, ele nunca vê as coisas de maneira separada ou isolada. Cada cena ou situação no novo país aproxima-se necessariamente de sua contrapartida no país de origem. Do ponto de vista intelectual, isso significa que uma ideia ou experiência é sempre contraposta a outra, fazendo com que ambas apareçam sob uma luz nova e imprevisível (SAID, 2005, p. 67).

São sobre essas comparações, contrariedades, capazes de alocar a construção da *memória*²⁸ do êxodo de Mariel sob uma perspectiva dialética, que nos debruçaremos agora, observando tanto as inflexões quanto as coerções retóricas – sempre passíveis de subversão – que orientam a leitura. É interessante notar que se no comunicado escrito por Arenas e Franqui em 1983 a experiência revolucionária anterior ao alinhamento à União Soviética, ocorrido em 1961, é reivindicada como uma manifestação não comunista – portanto, legítima, na perspectiva do escritor –, em sua autobiografia, escrita a partir de 1988, a memória estabelecida é outra. Em *Antes que anoiteça*, Arenas não apenas associou os tribunais revolucionários da luta insurgente a uma suposta violência comunista, como sugeriu um socialismo implantado em Cuba e encoberto por Fidel Castro desde 1959:

Foi ali [1961] que ouvi a afirmação negada por ele [Fidel Castro] anteriormente; ouvi Castro dizendo que tínhamos feito uma revolução socialista, que éramos socialistas. Subitamente, tudo aquilo que fora ocultado durante dois anos revelava-se sem o menor escrúpulo. [...] Sem dúvida nenhuma, tudo aquilo vinha sendo planejado quase desde o início da Revolução; os slogans, os textos, o momento mais propício para lançar publicamente a declaração do caráter comunista da Revolução (ARENAS, 1995, p. 85).

Com o estatuto de memória produzida no campo dos discursos, o testemunho não atesta a veracidade da afirmação;²⁹ não comprova a existência de uma Revolução Socialista desde o triunfo revolucionário. Seu valor está na alteração do argumento de Arenas que, ao ser drasticamente modificado em um intervalo de cinco anos, corrobora com a asserção de uma escrita progressivamente comprometida com um viés homogeneizante. As próprias epístolas do intelectual anteriores a 1971 não fazem menção a qualquer desejo de deixar o arquipélago, limitando-se a apresentar as mudanças na política de direitos autorais cubanos, as dificuldades de publicação e o cansaço do serviço revolucionário. Por mais que a autobiografia de Arenas apresente a Revolução Cubana como um bloco repressivo, afirmando que em 1958 já observava a denúncia dos *Chivatos* como uma expressão das injustiças da Revolução (ARENAS, 1995, p. 69), é apenas a partir do enrijecimento das políticas culturais na ilha na primeira metade da década de 1970 que se nota a radicalização de sua oposição, paulatinamente amplificada. Novamente, é necessário assinalar que essa leitura não nega as violências praticadas contra o intelectual e os demais dissidentes em momento anterior a década de 1970, mas situa seus testemunhos como construções narrativas posteriores, sujeitas a contrariedades, formuladas para atingir propósitos e cimentar devires.

Na Revista *Mariel*, constituída como espaço de luta antirrevolucionária, de defesa das liberdades individuais, preconizando o exílio nos Estados Unidos como “uma experiência de liberdade de expressão em uma sociedade democrática, suscetível ao convívio com ideologias e ideias divergentes” (DRUMMOND, 2018, p. 82), algumas pistas também possibilitam observar a existência de críticas e ressalvas a respeito da “terra de acolhida”³⁰. Ainda no primeiro número, em que o corpo editorial define o projeto da revista como um empenho em desconstruir uma imagem social prevalecente sobre os marielitos e tornar realizável a obra dos dissidentes intelectuais, notam-se observações sobre as práticas literárias no sistema de mercado:

Nos países totalitários perfeitos, a arte pública (a única autorizada) se limita a desenvolver uma tese partidária, a tese do Estado, que culmina em um final esperado, imposto e sobrecarregado. Isso significa a morte da arte como tal. [...] Contudo, no capitalismo muitos escritores caem na armadilha, ou na tentação, de converter sua obra em uma mercadoria que lhes permite viver folgadoamente. De criadores passam ao plano de produtores. Daí os perigos muito evidentes que conspiram na atualidade contra a verdadeira obra de arte: o mercantilismo da criação no Ocidente e a burocracia da chamada cultura nos países comunistas [...]. Não existe uma arte mercantil, como não há uma arte doutrinária (MARIEL, n. 1, 1983, p. 2).

Essa fundamentação não apenas evidenciava a necessidade de um fazer literário guiado por premissas de experimentação e liberdade criativa, opositoras às determinações morais preconcebidas socialmente a partir de um viés regulatório, como também rechaçava uma concepção de arte mercantil, pautada pela lógica de demanda e produção em massa. Segundo Arenas:

Irreverente, a revista se metia com todo mundo, rendia homenagens aos grandes escritores, desmascarava os hipócritas, combatia a moral burguesa prevalecente em Miami. Dedicamos um número ao homossexualismo em Cuba, incluindo entrevistas com pessoas que eram vítimas de preconceito de sociedades conservadoras e reacionárias, como as de Miami e de grande parte dos Estados Unidos (ARENAS, 1995, p. 330).

Esses fatores – ainda que analisados à contrapelo –, ajudam a flexibilizar as ações literárias e a própria figura de Arenas como unidades coesas e axiomáticas. São importantes para demonstrar um ambiente dinâmico e controverso. É evidente que o esforço de desconstrução dos estigmas sobre os marielitos efetuado pelos dissidentes do exílio, recaía não sobre os novos enfrentamentos do desterro, isto é, a segregação e a marginalização baseadas em fatores étnico-raciais, culturais e de sexualidade, induzidas por políticas e pelas ações dos estabelecidos estadunidenses, mas sobre um passado ainda presente, uma vivência que não era possível transpor, uma memória ainda não condicionada e, por isso, passível de ser legislada. A verdade, tomada como algo a ser

desvelado entre os marielistas, não era a novidade de uma liberdade civil ilusória, mas a vulgaridade de uma liberdade coletiva não abrangente.

Esse engajamento, contudo, não pode ser visto como uma aderência alienada ao sistema de capital. Os escritos na Revista Mariel e os testemunhos literários de Arenas não estavam livres das conjunções adversativas, das perspectivas comparativas, tornando-se muito mais representativos de realidades cindidas, vivências fragmentadas, experiências colocadas em hiato, do que de uma adesão absorta a qualquer partido. Se há algo para ser notado nos silêncios é o fato de que os ideais responsáveis pela incorporação de muitos desses dissidentes à luta revolucionária em seu momento inicial não deixaram de ser defendidos por eles. Os princípios de “emancipar-se, bater-se contra o fascismo e o colonialismo, contra a injustiça, contra a opressão, construir uma sociedade de iguais” (TRAVERSO, 2012, p. 121), muito usadas para referenciar o comunismo no século XX, continuavam a ressonar em suas mentes e manuscritos.³¹

Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Tradução de Jacy Alves de Seixas. Ed. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.

ARENAS, Reinaldo, (1943- 1990). *Antes que anoiteça*. Tradução de Silvia de Souza Costa. Ed. 2. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ARENAS, Reinaldo, (1943- 1990). *Cartas a Margarita y Jorge Camacho (1967- 1990)*. Sevilla: Point de lunettes, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 29-57, 2012. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. Ed. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AZEVEDO, Cecília. Imigração e identidade nacional nos EUA: notas sobre um debate. *Dimensões*, Vitória, n. 19, p. 73-94, 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2458>>. Acesso em: 06 set. 2022.

BENSON, Devyn; CLEALAND, Danielle. Re-Narrating Mariel: black cubans, racial exclusion, and building community in Miami. *Anthurium*, Miami, v. 17, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: <<https://anthurium.miami.edu/articles/10.33596/anth.462/>>. Acesso em: 16 set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean. *Problemas do estruturalismo*. Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.

CABRERA, Isabel Ibarra; MARQUES, Rickley Leandro. Migrações contemporâneas de cubanos: entre o Mariel (1980) e a Crise dos balseiros (1994). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em <http://www.Snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364766811_ARQUIVO_anpuhnatal.pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

CHAPARRO, Nina; ESTEFAN VARGAS, Soraya. Imágenes de la diversidad. El movimiento de liberación LGTB tras el velo del cine. *Culturales*, Mexicali, v. 7, n. 14, p. 57-86, 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-11912011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 35, p. 253-270, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 12 abril 2022.

CUBA. Ley nº 21, de 28 de dezembro de 1978. Institui o Código Penal. *Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba*, 1978.

CUBA. *Resoluções do I Congresso Nacional de Educação e Cultura*. Tradução de Orlando Jóia e Lino Rojas Perez. Ed. 1. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

DRUMMOND, Caroline Maria Ferreira. *Exílio, literatura, intelectuais e política em "Mariel - Revista de Literatura y Arte"* (1983-1985). 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B9BHNZ>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

DUANY, Jorge. Cuban Migration: A Postrevolution Exodus Ebbs and Flows. *Migration Information Source*, Miami, July 6, 2017. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/cuban-migration-postrevolution-exodus-ebbs-and-flows>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

EUA. Lei 99-603, de 6 de novembro de 1986. U.S. Citizenship and Immigration Services, 1986.

FREITAS, Ualisson. Camadas do preconceito ou O quimérico resgate da virilidade: um estudo sobre a política de repressão aos homossexuais no contexto da Revolução Cubana. *Revista temporalidades*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 473-499, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/29311>>. Acesso em: 19 set. 2022.

JENSEN, Silvina. Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina de Mario Sznajder y Luis Roniger: hacia un enfoque sociopolítico, macrohistórico y teórico-analítico del problema. *Historia, Voces Y Memoria*, Buenos Aires, n. 8, p. 13-20, 2015.

Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/HVM/article/view/1660>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Maas e Carlos Pereira. Ed. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305-327.

MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 1. Primavera 1983. Disponível em: <<http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/mariel/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 2. Verano 1983. Disponível em: <<http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/mariel/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 5. Primavera 1984. Disponível em: <<http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/mariel/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARQUES, Rickley Leandro. *A condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4253/1/2009_RickleyLeandroMarques.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MESA, Sergio Chaple. A literatura cubana na época da Revolução. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 131-144, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/88cZJH3FcZcjrJpDydLRTc/?lang=pt>> Acesso em: 22 jul. 2020.

MISKULIN, Silvia Cezar. O ministro Che Guevara e a gestão econômica e empresarial em Cuba. *Novos Rumos*, São Paulo, n. 45, p. 45-48, 2006. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2126>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MISKULIN, Silvia Cezar. Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista Vuelta. *Revista brasileira do Caribe*, Brasília, v. 10, n. 19, p. 191-208, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2200>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MISKULIN, Silvia Cezar. A política cultural na Revolução Cubana: as disputas intelectuais nos anos 1960 e 1970. *Caderno CRH*, v. 32, n. 87, p. 537-548, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3476/347663003006/html/>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PRADO, Giliard S. *A construção da memória da Revolução Cubana: a legitimação do poder nas tribunas políticas e nos tribunais revolucionários*. Curitiba: Appris, 2018.

RIBAS, Jorge Luiz Teixeira. *Reinaldo Arenas: revolução, nação e homossexualidade em Cuba (1959-1980)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). UNIMONTES, Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7562030>. Acesso em: 29 abr. 2021.

RICOEUR, Paul. O esquecimento e a memória manipulada. In: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 455-459.

RODRÍGUEZ, Miriam. Las relaciones Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto. *Centro de Estudios de Migraciones Internacionales*, La Habana, Cuba, p. 1-13, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuu.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. *História Oral*, v. 2, p. 39-73, 1999. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/9>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ROMERO, Montserrat Sánchez. *Una casa erosionada: teologías de lo sensible en El portero de Reinaldo Arenas*. 2021. Tesis (Estudios latinoamericanos). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2021.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. SP: Editora Companhia das Letras, 2005.

TEYSSSEN, Stéphanie Panichelli. *La pentagonía de Reinaldo Arenas: un conjunto de novelas testimoniales y autobiográficas*. 2005. Tesis (Doctorado en filología). Departamento de filología española, Universidad de Granada, Espanha, 2005.

TOZZI, Verónica. The epistemic and moral role of testimony. *History and Theory*. v. 51, n. 1, p. 1-17, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41342629>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado. In: TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Ed. 2. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 109-128.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Ed. 1. Vitória: Milfontes, 2019, p. 245-271.

¹ Fulgencio Batista Zaldívar foi um militar cubano que exerceu dois mandatos na ilha caribenha. O primeiro, constitucional, se efetivou entre os anos de 1940 e 1944. O segundo ocorreu a partir de um golpe militar e perdurou de 10 de março de 1952 até 1º de janeiro de 1959, quando os rebeldes da *Luta Insurrecional* triunfaram sobre as forças conservadoras (PRADO, 2018, p. 41).

² Arenas trabalhou como pesquisador na Biblioteca Nacional José Martí entre 1963 e 1968, além de atuar como editor do *Instituto Cubano del Libro* entre 1967 e 1968. Enquanto funcionário da UNEAC revisou a partir de 1969 os textos publicados nas revistas *La Gaceta de Cuba* e *Unión* (MISKULIN, 2009, p. 198).

³ De acordo com Mario Sznajder e Luis Roniger o banimento ganhou grande visibilidade a partir do século XX, quando se tornou massivo em função do aumento das lógicas de exclusão política. Sendo internalizado, também, pela cultura latino-americana, é utilizado como mecanismo de exclusão institucional (apud JENSEN, 2015, p. 15).

⁴ O ideal de *homem novo* foi difundido em Cuba ainda na década de 1960 e estava ligado a um sistema de incentivos morais por meio dos quais se desenvolveria uma consciência comunista. Acreditava-se que para construir uma sociedade diferente da estabelecida era preciso criar um padrão ideológico de homem distinto, livre dos vícios capitalistas, da ganância material e empenhado no trabalho coletivo. Contudo, na sociedade cubana essa ideologia arraigou-se a valores preconceituosos, concebendo uma parcela da população (homossexuais, hippies, religiosos etc.) como desviados burgueses (MISKULIN, 2006, p. 48).

⁵ O *realismo socialista* trata-se de um movimento artístico e cultural responsável por delimitar a linguagem estética da Revolução. A partir de sua instituição, a literatura e a arte passaram a ser considerados armas revolucionárias, formadoras da juventude e de uma moral não burguesa. Ainda que os literatos, a partir desse ditame, fossem incentivados a acreditar que “o socialismo cria as condições objetivas e subjetivas para a autêntica liberdade de criação”, muitos se negaram a adotar o movimento. Os parâmetros da atividade cultural podem ser observados nas *Resoluções do I Congresso Nacional de Educação e Cultura* (CUBA, 1980, p. 32-40).

⁶ A *representação* é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constrói significados sobre o mundo social. É um processo de significação carregado de interesses que corresponde a uma determinada estratégia de um agente ou grupo (CHARTIER, 1991, p. 183).

⁷ Como conceitos adequadas para lidar com o tempo histórico, *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* são definidos por Koselleck, respectivamente, como o passado atual – onde os acontecimentos incorporados podem ser lembrados – e o futuro presente – que se volta ao não experimentado (KOSELLECK, 2006, p. 308).

⁸ Os termos “marielitos” e “exílio histórico” são elucidativos quanto as diferenças identitárias de ambos os grupos de cubanos. *Marielito*, no diminutivo, era a forma pejorativa como eram chamados os que compuseram o Êxodo de Mariel. Posteriormente, os representantes deste grupo reivindicaram e ressignificaram o termo. *Exílio Histórico* trata-se de uma nomenclatura produzida pelos próprios cubanos estabelecidos nas décadas anteriores à 1980 como forma de se diferenciarem dos novos exilados (DUANY, 2017).

⁹ Ronald Reagan assume a presidência dos Estados Unidos em 1981, destituindo o democrata Jimmy Carter. Os republicanos foram eleitos a partir de uma evidente negação das políticas anteriores. Ironizando Carter pela falta de controle das fronteiras, Reagan governa com uma política voltada para um viés conservador e fortemente anticomunista (CABRERA; MARQUES, 2013, p. 7-8).

¹⁰ Apresentados a Arenas no ano de 1967 por ocasião da exposição artística do Salão de Maio de Paris ocorrido em Havana, os artistas Margarita e Jorge – que residiam na França e viriam a ser grandes amigos do intelectual – tornaram-se de imediato os destinatários de suas epístolas.

¹¹ Segundo Bourdieu, os intelectuais concorrem por legitimidade cultural, opondo-se muitas das vezes a outros setores sociais pretendentes a legislar sobre a cultura, como por exemplo os poderes políticos e econômicos. (BOURDIEU, 1968, p. 106).

¹² Arenas publicou, entre contos, poemas e novelas, os destaques: *El mundo alucinante* (1966), *El palacio de las blanquísimas mofetas* (1975), *Otra vez el mar* (1982), *El color del verano* (1991), *La vieja Rosa* (1980), *Arturo la estrella más brillante* (1984), *El asalto* (1991), *El Portero* (1987), *La loma del Ángel* (1987) e *Necesidad de libertad* (1986) (RIBAS, 2018, p. 15-16) (ROMERO, 2021, p. 151-53).

¹³ Desde a criação da Lei de Ajuste Cubano em 2 de novembro de 1966, os emigrantes do país caribenho dispunham de privilégios nos EUA em relação a outros grupos migratórios. Não só podiam solicitar residência permanente com apenas um ano de estadia nas terras estadunidenses, como poderiam requerer em menos de três anos a cidadania norte-americana, dispendo ainda de imediata Permissão de Trabalho, um número de segurança social, benefícios públicos de alimentação e alojamento. Os marielitos foram os primeiros cubanos, em anos, a receber tratamento semelhante aos demais refugiados, sendo submetidos a análise e avaliações. O termo *Status Pending* é esclarecedor quanto a mudança na operação de aceite, na qual não eram imediatamente reconhecidos como refugiados e não podiam usufruir dos benefícios que os predecessores desfrutaram (RODRÍGUEZ, 2003, p. 4-6).

¹⁴ O poeta e pensador mexicano Octavio Paz foi o fundador da revista *Vuelta* que “constituiu um importante espaço de circulação de ideias entre intelectuais latino-americanos ao longo dos anos setenta e oitenta”. Vários artigos de Arenas foram publicados na revista que propunha um espaço de debate crítico em relação ao desenvolvimento da Revolução em Cuba. (MISKULIN, 2009, p. 192).

¹⁵ Segundo Rodrigo Turin “diferentemente do liberalismo clássico, que se construía a partir da noção de ‘troca’ e se baseava em fatores antropológicos – vinculados à natureza humana –, o neoliberalismo tem seu âmago discursivo na noção de ‘concorrência’, um pressuposto artificial”. Apesar de a artificialidade do mecanismo de mercado pressupor uma necessidade de maior organização e intervenção estatal nas

relações econômicas, desde sua consolidação a partir da década de 1980 os defensores da doutrina neoliberal têm preconizado a mínima intervenção do Estado, causando o “esvaziamento das esferas de autonomia política e científica” e promovendo desigualdade ao reconfigurar as “instituições e os indivíduos como atores de um mercado” supostamente autorregulável (TURIN, 2019, p. 253-254).

¹⁶ De acordo com Drummond, os marielistas “em sua maioria, eram jovens criados pela Revolução, refratários ao ideário do ‘homem novo’, criadores de obras consideradas ‘marginais’ ou ‘contrarrevolucionárias’ pela política cultural restritiva da década de 1970. Muitos dos que se identificavam como marielistas já se conheciam na ilha e frequentavam os mesmos locais, como a noite de La Rampa e a praia de Guanabo. Salvo raras exceções, não haviam publicado nada na ilha e vários se identificavam como homossexuais” (DRUMMOND, 2018, p. 44).

¹⁷ Azevedo apresenta que nos Estados Unidos a ideia de ameaça a coesão social é frequentemente reforçada pela terminologia “Alien Citizen”, comumente empregada nas documentações que se referem aos imigrantes. Segundo a autora a expressão carrega uma conotação de cidadão culturalmente inassimilável (AZEVEDO, 2007, p. 78).

¹⁸ *Otra vez el Mar* (1982) foi reescrita duas vezes, haja vista que os manuscritos foram confiscados em Cuba por serem considerados expressões antirrevolucionárias. Essa é a terceira novela da chamada “pentagonia” de Arenas, isto é, um conjunto de cinco obras que narram as agonias de uma personagem que arrefece ao final de cada narrativa e renasce na posterior, vivenciando diferentes contextos da história cubana. A primeira novela da “pentagonia” é *Celestino Antes del Alba* (1967), única novela do autor publicada em Cuba. A segunda novela é *El palacio de las blanquissimas mofetas* (1975). A quarta é *El color del verano* (1991) e a quinta *El asalto* (1991) (TEYSSEN, 2005, p. 110).

¹⁹ Segundo Drummond, os poucos recursos recebidos pela revista foram modestos. “As duas maiores contribuições monetárias institucionais destinadas ao periódico foram realizadas pela *Cuban American National Foundation* (CANF) [...] no valor de US\$100,00 cada”. De acordo com a autora, o apoio financeiro dessa instituição sem fins lucrativos, fundada por empresários de classe alta em Miami com o “objetivo de ajudar a administração Reagan a formular uma política externa mais agressiva em relação à Cuba.”, é representativo dos usos políticos feitos da revista. Os exemplares eram vendidos por US\$2,50 e as assinaturas anuais para particulares e instituições custavam US\$10,00 e US\$15,00, respectivamente. A revista era assinada, principalmente, por bibliotecas universitárias e municipais, sendo a *Radio Martí* e a *Ibero American Chamber of Commerce* as únicas exceções (DRUMMOND, 2018, p. 40-41).

²⁰ O *Quinquênio Gris* consistiu em um agravamento da luta ideológica em Cuba após as resoluções do *Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura*. Nesse período, homossexuais foram impedidos de exercer funções em cargos públicos, artísticos ou educacionais. Muitos intelectuais também foram condenados ao ostracismo em função de uma política de direcionamento da arte (MESA, 2011, p. 136).

²¹ Os *insilios*, identificados por Said como exílios metafóricos, são os processos de separação que os indivíduos sofrem dentro de sua própria terra. Para o intelectual trata-se de um sentimento de dissonância ou incongruência, “da condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros” (SAID, 2005, p. 60).

²² Ações literárias movidas por fatores dicotômicos como razão e emoção constituem na historiografia o campo do ressentimento. Segundo Pierre Ansart, as relações humanas são compostas também por hostilidades e por suas consequências psicológicas. Nesse sentido, a mágoa pode ser considerada uma propulsora de reações a situações repressivas, sendo entendida, portanto, como mais uma força motriz da história (ANSART, 2004, p. 20).

²³ Na metodologia aqui empregada, o testemunho não se torna legítimo por apresentar uma verdade incontestável do ocorrido, revelada por aqueles que ocupam na narrativa a posição de “herói-vítima”. Observado não como fonte, mas como parte do evento analisado, o testemunho é utilizado para demonstrar como seus propositores interviram na sociedade. A análise privilegia o relato mais como uma atuação no tempo presente do que como uma prova irrefutável dos acontecimentos do passado recente (TOZZI, 2012, p. 6).

²⁴ Em 1968, Heberto Padilla, escritor cubano reconhecido, escreve o livro *Fuera del Juego*, que apesar de ser premiado pelo júri da UNEAC é lançado com uma nota de repúdio que condenava a obra por veicular conteúdo contrarrevolucionário. Após ser afastado da Universidade de Havana e ter seus escritos condenados, o intelectual é preso em 1971 “acusado pelo *Departamento de Seguridad del Estado* por atividades subversivas”. Depois de ficar incomunicável por um mês, Padilla vai a público em uma cerimônia, renega toda sua obra e delata seus amigos. O episódio culminou em uma carta de cerca de oitenta intelectuais que repudiavam a ação coercitiva revolucionária e a suspensão das liberdades individuais (MARQUES, 2011, p. 111-112).

²⁵ *Revolución* foi um suplemento cultural cubano de grande sucesso. Inicialmente foi acolhido pelos revolucionários por promover visibilidade ao Movimento 26 de Julho, mas teve as portas fechadas após se contrapor a censura do documentário *P.M.*, filmado por Sabá Cabrera Infante e Orlando Jiménez Leal. Atuou entre 1959 e 1961 (MISKULIN, 2019, p. 539).

²⁶ Segundo Cruz e Peixoto, a imprensa não consiste em “um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas em uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais” (CRUZ; PEIXOTO, 2009, p. 258-259).

²⁷ Para Bourdieu, “o *campo intelectual* [...] constitui um sistema de linhas de forças, isto é, os agentes ou sistemas de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispendo e opondo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo” de modo que “a relação estabelecida entre os criadores e suas obras [...] é afetada por um sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação (BOURDIEU, 1968, p. 105).

²⁸ A *memória*, entendida como um fenômeno individual e coletivo submetido a modificações constantes, permite pensar em uma ligação estreita entre o sujeito e a construção de sua identidade. Se “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória reforça os sentimentos de pertencimento”, é possível, observar como, ao estruturá-la, o indivíduo esquadrinha fronteiras identitárias e socioculturais (POLLAK, 1992, p. 201). Tendo em vista que “a rememoração do passado não é uma escolha, mas uma condição” e que a narrativa “comporta necessariamente uma dimensão seletiva”, explicita-se que os usos memoriais se dão tanto na dimensão dos conflitos quanto no plano do esquecimento. (RICOEUR, 2007, p. 455).

²⁹ Segundo Avelar, “os *testemunhos* devem ser compreendidos através das memórias, das lacunas e esquecimentos em que incorrem a fim de se ajustar ao passado, negá-lo ou reprimi-lo”. De acordo com essa perspectiva, os testemunhos não devem ser entendidos como “estruturas cristalizadas inabordáveis, pois não gozam de qualquer privilégio epistêmico que as torne impermeáveis” (AVELAR, 2012, p. 45-46).

³⁰ Segundo Rollemberg “o termo [*terra de acolhida*] é amplamente utilizado na literatura e nas instituições que se ocupam de refugiados para designar o país onde estes passam a viver. Entretanto, se a palavra ‘acolhida’ faz lembrar a solidariedade que muitas vezes esteve presente na recepção e no processo de adaptação à sociedade, ela também encobre ou atenua uma realidade bem mais complexa. [...] Se segmentos da sociedade se mobilizam para receber exilados políticos, outros agem em sentido contrário, identificando-os a ‘terroristas’ cuja estadia deveria ser interdita” (ROLLEMBERG, 1999, p. 49).

³¹ Segundo Traverso, no século XX, “quando se generalizava o sentimento de que a humanidade estava à beira do abismo e a civilização se arriscava a conhecer um eclipse definitivo, o comunismo aparecia, aos olhos de milhões de homens e mulheres, como uma alternativa pela qual valia a pena lutar. [...] Estava enraizado na sociedade, na cultura e na expectativa das classes populares” (TRAVERSO, 2012, p. 121).

Artigo recebido em 03/02/2023

Aceito para publicação em 05/04/2023